



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



CONTRATO N.º 29/2016

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado a Câmara Municipal de Franca, CNPJ: nº49.219.538/0001-80, designada CONTRATANTE, com sede na Rua da Câmara, nº 01, Parque das Águas, CEP 14401-306, na cidade de Franca, Estado de São Paulo, representada pelo Ver. Marco Antônio Garcia, brasileiro, portador do RG n.º13.438.436 SSP/SP, CPF 039.437.578-54, residente e domiciliado nesta cidade de Franca - SP, e, de outro lado, a Empresa Engemon Comércio, Engenharia, designada CONTRATADA, com sede na Rua Dr. Oscar Werneck, bairro centro, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sr. Daniel Cursi Junior, portador do RG nº 12.516.119-0, CPF. nº 051.531.798-50, residente e domiciliado na cidade de Bebedouro, devidamente identificado, na presença das testemunhas ao final assinadas, ajustam e contratam entre si, mediante as cláusulas abaixo, o objeto do Procedimento Interno nº 83/2016, Pregão Presencial nº 10/2016 devidamente homologado, estando as cláusulas editalícias e seus anexos vinculados ao mesmo de acordo com a deliberação do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Franca, exarada naqueles autos e que autoriza sua lavratura.

CLÁUSULA 1 - Do Objeto

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços técnicos de engenharia e telecomunicações na área de radiodifusão (responsabilidade técnica), para atuar na operação do canal de televisão e rádio da rede legislativa de rádio e televisão da Câmara Municipal de Franca, conforme especificações constantes no Termo de Referência, que integra o presente Edital.

CLÁUSULA 2 - Da Dotação Orçamentária

- 2.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação:

01 Legislativa

031 Ação Legislativa

1001 Gestão de Serviços Legislativos

2101 Manutenção dos Serviços Legislativos

30000000 Despesas Correntes

33000000 Outras Despesas Correntes

33900000 Aplicações Diretas

33903900 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 3 - Das Obrigações da Contratada

- 3.1. A licitante contratada deverá prestar serviços técnicos em engenharia elétrica / telecomunicações, na área de Radiodifusão de imagens e som.
- 3.2. Efetuar o Registro como Responsável técnico na Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



- 3.3. Promover consultoria técnica para a TV e Radio Câmara de Franca, objetivando elucidar dúvidas e orientar sobre procedimentos dos sistemas de transmissão de TV digital, Rádio, web e outras plataformas.
- 3.4. Elaborar projetos, laudos, e vistorias necessárias para adequações e modernizações dos sistemas de produção de TV digital, radio e outras plataformas ligadas a radiodifusão de som e imagens incluindo web.
- 3.5. Promover orientação técnica para respostas e questionamentos solicitados pela Comissão Técnica da Câmara Federal.
- 3.6. Executar assessoria para atendimento técnico junto a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas - Astral.
- 3.7. Promover orientação técnica relativa à outorga do canal de TV digital e Radio, observando as normas do Ministério das Comunicações e ANATEL.
- 3.8. Promover avaliação do desempenho dos equipamentos existentes na TV e Radio Câmara objetivando propor manutenções preventivas e corretivas.
- 3.9. Elaborar atualização periódica do Diagrama de Fluxo de Sinal da TV e Radio Câmara e do sistema de produção de imagens e de som.
- 3.10. Colaborar na elaboração dos descritivos técnicos necessários para aquisição de equipamentos e contratação de serviços, objetivando auxiliar a Câmara Municipal de Franca.
- 3.11. Efetuar visita técnica de instalações do estúdio e estação transmissora de radio e TV da Câmara Municipal de Franca mensalmente ou de acordo com programação determinada pela direção da TV/Rádio Câmara.
- 3.12. Corrigir e/ou alterar e/ou adequar as frequências das antenas e receptores de acordo com as normas ou exigências da Rede Legislativa.
- 3.13. Atender de forma presencial as chamadas técnicas, no prazo de ate 24 horas após a formalização do pedido realizado pela direção da TV Câmara.
- 3.14. Elaborar projetos técnicos e de produção, de toda consignação e ou outorga definida pelo Ministério das Comunicações na área de Radiodifusão sonora de imagens e som (radio e televisão).
- 3.15. Atender e acompanhar in loco as visitas da Anatel e demais fiscalizações.
- 3.16. Executar outros serviços solicitados pela direção da TV Câmara correlatos ao objeto contratado.

CLÁUSULA 4 - Das Obrigações da Contratante

- 4.1. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 4.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através do Responsável pelo Serviço de Compras, Almoxarifado e Patrimônio, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.
- 4.3. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
- 4.4. Observar as disposições constantes do Anexo I que integra e incorpora o presente Edital de Licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



CLÁUSULA 5 - Do Prazo de Vigência e Prorrogação

- 5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.
- 5.2. O prazo estabelecido pelo subitem anterior poderá ser prorrogado por igual e sucessivo período, a critério desta Câmara Municipal, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.
- 5.3. A contratada poderá se opor à prorrogação de que trata o subitem anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recebido pela Câmara Municipal de Franca em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.
- 5.4. As prorrogações do prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.5. A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação (artigo 55, XIII da Lei 8666/93).

CLÁUSULA 6 - Do Preço e Forma de Pagamento

- 6.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), sendo que as mensalidades que o compõem são os constantes da Ata da Sessão Pública.
- 6.2. O pagamento será feito, mensalmente, através de crédito em conta corrente a ser fornecido pelo contratado, em nome da empresa ou boleto bancário.
- 6.3. Caberá ao contratado apresentar até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, a partir da entrega do produto, nota fiscal eletrônica relativa ao valor do serviço prestado no mês anterior, por sua vez a contratante efetuará o pagamento até o 5º (quinto) dia útil seguinte à liquidação da nota fiscal junto ao Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Franca.
- 6.4. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada à empresa adjudicatária carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 6.5. Caso a contratada não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.

CLÁUSULA 7 - Da Rescisão e Penalidades

- 7.1. Caso a contratada, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a propostas, comportando-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como ficará sujeito às sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, demais penalidades legais, além das multas previstas em Edital e no contrato:



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



- 7.1.1.A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação contratual.
- 7.1.2.O atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:
- 7.1.2.1. Multa de 0,2% (zero dois por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e
- 7.1.2.2. Multa de 0,4% (zero quatro por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso. A partir do 46º (quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, salvo disposição em contrário, em casos particulares, previstos no edital ou no presente contrato, sujeitando-se à aplicação da multa prevista no item seguinte.
- 7.1.3.Pela inexecução total ou parcial do presente contrato poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 7.1.4.O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência da hipótese prevista no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666/93 autorizam, desde já, o contratante a rescindir, unilateralmente, o contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- 7.1.5.A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil da contratada pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.
- 7.1.6.A aplicação das penalidades não impede o contratante de exigir o ressarcimento dos prejuízos efetivados.
- 7.1.7.Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção do contraditório e ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação.

CLÁUSULA 8 - Da Fiscalização da Execução

- 8.1. A contratada ficará sujeita à mais ampla e irrestrita fiscalização no âmbito do contrato, obrigando-se a prestar todos os esclarecimentos requeridos pelo contratante, representado pelo Fiscal do Contrato, nos termos do item 4.2 deste Termo.
- 8.2. A existência de fiscalização por parte do contratante não diminui ou altera a responsabilidade da empresa no fornecimento a ser executado.



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



8.3. O contratante poderá exigir o afastamento de qualquer empregado da empresa que venha causar embaraço à fiscalização, ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

8.4. Para fins de atestação do fornecimento, o Fiscal do Contrato verificará a efetiva e adequada execução.

CLÁUSULA 9 - Da Fundamentação Legal e da Vinculação do Edital

9.1. O presente contrato rege-se pela Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93, com suas alterações, e alterações que instituem normas de licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, pela Lei 10.520/2002, bem como pelos preceitos de direito público e privado, e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos, bem como vinculase ao Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 10/2016.

CLÁUSULA 10 - Da Publicação

10.1. Incumbirá à CONTRATANTE, providenciar a publicação do resumo deste contrato, nos órgãos de divulgação, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA 11 - Dos Recursos

11.1. Dos atos decorrentes da aplicação das cláusulas constantes deste Contrato caberão recursos ao Presidente da Câmara Municipal de Franca, previstos no artigo 109 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações.

CLÁUSULA 12 - Das Disposições Finais

12.1. A CONTRATADA obriga-se por todos os itens constantes no Edital e Anexos do Pregão Presencial nº 10/2016 e por sua proposta apresentada, que deram origem ao presente contrato.

12.2. É vedada a subcontratação de outra empresa pela CONTRATADA, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação.

12.3. Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estreito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste contrato, ou exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles e não prejudicará assim a faculdade de quaisquer das partes em exigí-los ou exercê-los a qualquer tempo.

12.4. Se uma das partes tolerar qualquer infração em relação a dispositivos deste instrumento, não significa que tenha liberado a outra parte de obrigações assumidas, tampouco que o dispositivo infringido tenha sido considerado cancelado.

12.5. Nenhuma despesa com tributos, encargos sociais, ou qualquer outra que não tenha sido incluída no preço da proposta poderá ser atribuída à Contratante.

12.6. A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste contrato.

12.7. As dúvidas e divergências deste ajuste, bem como os casos omissos, serão dirimidos e resolvidos conjuntamente pelos representantes legais das partes signatárias, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



a Lei nº 8.666 de 1993, aplicando-se lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

- 12.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal no serviço público municipal.

CLÁUSULA 13 - Do Foro

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Franca, Estado de São Paulo, para a interposição de toda e qualquer ação oriunda da interpretação dos termos do presente Contrato, que não tenham sido resolvidas administrativamente, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas, para que surta todos os efeitos legais.

Franca, 16 de dezembro de 2016

VER. MARCO ANTÔNIO GARCIA
Presidente da Câmara Municipal de Franca

ENGEMOM COMERCIO ENGENHARIA E MONTAGENS LTDA EPP

Contratada

Daniel Cursi Junior

RG nº 12.516.119-0

Testemunhas:

Nome: Maria Fernanda Bordini Novato
RG: 27.985.109-1 SSP-SP

Nome: Taysa Mara Thomazini
RG: 30.635.829-3 SSP-SP